

## **SUMÁRIOS de 2015 a 2012**

### **Revista Síntese Direito Administrativo n. 120, dezembro 2015**

#### **Assunto Especial**

#### **Aposentadoria compulsória dos servidores públicos**

##### **Doutrinas**

1. A nova aposentadoria compulsória  
Bruno Sá Freire Martins
2. Aposentadoria compulsória nos regimes de Previdência Social  
Gustavo Filipe Barbosa Garcia
3. A PEC da Bengala  
Rodrigo de Andrade Belmonte

#### **Parte geral**

##### **Doutrinas**

1. Os diversos direitos de preferência em licitações e sua aplicação  
Flávia Daniel Vianna e Ricardo Ribas da Costa Berloff
2. Política tarifária e concessão de serviço público: conformidade na utilização dos subsídios cruzados  
Leonardo Carvalho Rangel
3. Alguns apontamentos sobre impropriedades verificadas recentemente em ações de improbidade administrativa

## **Revista Síntese Direito Administrativo n. 119, novembro 2015**

### **Assunto Especial**

#### **Regime diferenciado de contratações públicas**

##### **Doutrinas**

4. Apontamentos jurídicos sobre regime diferenciado de contratações (RDC)  
Ronny Charles Lopes de Torres

5. Regime diferenciado de contratações públicas e a publicidade do orçamento estimado

Thamiris Cristina Pereira dos Anjos e Luciano Elias Reis

### **Parte geral**

##### **Doutrinas**

4. Parcerias no direito administrativo e as transformações dos serviços públicos – análise da constitucionalidade do contrato de gestão com as organizações sociais

Bruno Fialho Ribeiro

5. A jornada de trabalho dos servidores públicos cujos dependentes são pessoas com deficiência

Júlia Pauro Oliveira

6. Responsabilidade civil do Estado e do agente público por ofensa ao princípio da moralidade

Juliana Andrade Cavalcanti de Albuquerque Parisio

## **Revista Síntese Direito Administrativo n. 118, outubro 2015**

### **Assunto Especial**

#### **Defesa prévia em ação de improbidade administrativa**

## **Doutrinas**

1. A necessidade de concessão de oportunidade para oferta de defesa prévia em ação de improbidade. Contraditório. Ampla defesa. Devido processo legal  
Gina Copola
2. Defesa prévia em ações de improbidade administrativa  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz

## **Doutrinas**

1. Do conflito da lei Anticorrupção( Lei nº 12.846/2013) com a Lei de Improbidade Administrativa ( Lei nº 8.429/1992), no que pertine à responsabilidade da pessoa jurídica privada – antinomia jurídica  
Mauro Roberto Gomes de Mattos
2. Aspectos da tributação de serviços públicos essenciais: teoria e prática  
Mariana Menna Barreto Azambuja e Felipe Waquil Ferraro
3. O nepotismo sob a ótica da súmula vinculante nº 13  
Mayagara Mylana M. Goerg e Rodrigo Silva Barreto

## **Seção Especial**

1. A contratação temporária por excepcional interesse público e a jurisprudência do Supremo  
Jodiane Ferreira da Silva

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 117, setembro 2015**

## **Assunto especial**

### **Terceirização na Administração Pública**

## **Doutrina**

1. Terceirização, uma nova classe de trabalhadores? Aspectos constitucionais da súmula nº 331 do TST

Mário Garcia

2. A aparente derrota da súmula nº 331 TST e a responsabilidade do poder público na terceirização

Ivani Contini Bramante

3. Terceirização na Administração Pública; breve reflexões críticas

Luciano Elias Reis

4. A súmula n. 331 do TST e a responsabilidade da Administração PúblicasThayse Stieven Fleck

## **Parte geral**

### **Doutrinas**

1. O nepotismo na Administração Pública Municipal e a Súmula Vinculante nº 13 do STF

José Carlos Pacheco de Almeida

2. Lei de Acesso à Informação: Transparência Governamental a Serviço do Cidadão

Luiz Eugenio Scarpino Jr. e Sebastião Sérgio da Silveira

### **Seção especial**

#### **Acontece**

1. As mudanças na Previdência Social afetam os servidores dos Estados e Municípios

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 116, agosto 2015**

#### **Assunto especial**

## **A desconsideração da personalidade jurídica nas contratações públicas**

### **Doutrina**

1. O Instituto da desconsideração da personalidade jurídica nos processos de licitações públicas  
Carlos Eduardo Araujo de Assis e Daniel Cardoso Gerhard
2. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica e a possibilidade (ou não) de sua aplicação pela Administração Pública nas licitações e nos contratos administrativos  
Suélen Breda Panizzon

### **Parte geral**

#### **Doutrinas**

1. Direito à nomeação em concurso público: enfoques da jurisprudência brasileira  
Anne Cristiny dos Reis Henrique
2. Da impossibilidade do cancelamento de precatórios após o quinquênio decadencial de 5 anos à luz das normas gerais sobre invalidação de atos administrativos  
Aldem Johnston Barbosa Araújo
3. Da configuração de crime eleitoral pela deslealdade processual  
Christopher Pinho Ferro Scapinelli

### **Seção especial**

#### **Parecer**

1. Administração Pública- poder hierárquico – o Secretário de Estado não está condicionado à deliberação do Conselho Estadual de Cultura que solucionou projetos para captação de recursos – pode inserir aquele referente à Semana Farroupilha, data máxima do Estado do RS, sem incorrer em qualquer improbidade administrativa – orientação da doutrina e dos Tribunais  
Luís Alberto Thompson Flores Lenz

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 115, julho 2015**

### **Assunto especial**

**O uso do pregão para contratação de obras e serviços de engenharia**

## **Doutrina**

1. A possibilidade da contratação de obras e serviços de engenharia por meio da modalidade denominada pregão  
Natanael dos Santos

## **Parte geral**

### **Doutrinas**

1. O controle social na regulação dos serviços públicos de saneamento básico: desafios e estágio de implantação da Lei federal nº 11.445/2007  
Carlos Roberto de Oliveira e Juliana Alcorta Furlan
2. Visita técnica em licitações públicas  
Carlos Eduardo Araujo de Assis
3. Pode o parlamentar estar sujeito à ação de improbidade administrativa?  
Rogério Tadeu Romano
4. Função da polícia e a nova Lei nº 13.022/2014 – O Estatuto Geral das Guardas Municipais  
Rômulo de Andrade Moreira
5. Contratação direta para locação de imóveis  
Fabiano de Figueirêdo Araujo

## **Seção especial**

### **Direito em debate**

1. É válido o voto nulo como ato de protesto?  
Sim  
Aldo Fornazieri
2. É válido o voto nulo como ato de protesto?  
Não  
Bolívar Lamounier

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 113, maio. 2015**

## **Assunto Especial**

**A necessidade de procedimento administrativo para demissão de servidor público**

## **Doutrinas**

1. A processualização da extinção do vínculo do servidor público estável  
Rafael Carvalho Rezende Oliveira
2. Exigibilidade de procedimento administrativo na dispensa de servidor público  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.
3. O princípio do devido processo legal e as prerrogativas da Administração Pública: a garantia do processo administrativo formal e substancial na demissão do servidor público  
Emerson Affonso da Costa Moura e Juliana Campos Maranhão

## **Parecer**

1. Servidor público municipal celetista estável pode ser demitido de forma imotivada?

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. O uso do pregão para licitar bens complexos- Distorção da modalidade licitatória  
Ricardo Silva das Neves
2. Acumulação de cargo público com mandato eletivo de vereador  
Victor Aguiar Jardim de Amorim
3. O contingenciamento de dotações orçamentárias e o sistema de informação de custos do setor público (Siscsp)  
Leandro Luis dos Santos Dall'Olio

## **Seção Especial**

### **Jurisprudência comentada**

1. Aplicação do limite remuneratório quando o servidor exerce dois cargos públicos  
Bruno Sá Freire Martins

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 112, abr. 2015**

## **Assunto Especial**

### **Cotas nos concursos públicos**

## **Doutrinas**

1. Debates sobre a discriminação positiva na Lei das Cotas em concursos públicos  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

4. Um estudo sobre as parcerias públicas e privadas a partir da Lei nº 11.079/2004  
Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
5. Terceirização na Administração Pública: breves reflexões críticas  
Luciano Elias Reis
6. O Estado e os poderes na Administração Pública  
Francisco de Salles Almeida Mafra Filho
7. A arte de governar o mal: a governamentalidade do desumano no sistema penitenciário brasileiro  
Bruno Rotta Almeida e Guilherme Camargo Massau

## **Seção Especial**

### **Direito em debate**

2. Entidades privadas podem exercer o poder de polícia?  
Não  
Arlete Gonçalves Júnior
3. Entidades privadas podem exercer o poder de polícia?  
Sim  
Eunice Aparecida de Jesus Prudente

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 111, mar. 2015**

## **Assunto Especial**



## **Improbidade administrativa – Elemento subjetivo**

### **Doutrinas**

1. Da diferenciação do dolo e da culpa na ação civil pública por improbidade administrativa.  
Christopher Pinho ferro Scapinelli
2. Elemento subjetivo no ato de improbidade administrativa  
Elisson Pereira da Costa

### **Parte Geral**

#### **Doutrinas**

1. Estado Democrático de Direito, globalização e poder  
Gabriel Hernan Facal Villarreal e Luis Rodolfo Cruz e Cruz
2. Julgamento dos atestados de capacidade técnica e o formalismo moderado  
Luciano Elias Reis
3. A inconstitucionalidade material da lei nº 13.022/2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais  
Douglas Polhmann Velasquez
4. Sanções da lei de Improbidade Administrativa  
Hélio Rios Ferreira

### **Seção Especial**

#### **Parecer**

1. Responsabilidade dos agentes públicos por atos de lesão à sociedade – inteligência dos §§ 5º e 6º do artigo 37 da CF – Improbidade Administrativa por culpa ou dolo – disciplina jurídica do impeachment presidencial (artigo 85, inciso V, da CF)  
Ives Gandra da Silva Martins

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 113, maio. 2015**

### **Assunto Especial**

**A necessidade de procedimento administrativo para demissão de servidor público**

## **Doutrinas**

4. A processualização da extinção do vínculo do servidor público estável  
Rafael Carvalho Rezende Oliveira
5. Exigibilidade de procedimento administrativo na dispensa de servidor público  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.
6. O princípio do devido processo legal e as prerrogativas da Administração Pública: a garantia do processo administrativo formal e substancial na demissão do servidor público  
Emerson Affonso da Costa Moura e Juliana Campos Maranhão

## **Parecer**

2. Servidor público municipal celetista estável pode ser demitido de forma imotivada?

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

8. O uso do pregão para licitar bens complexos- Distorção da modalidade licitatória  
Ricardo Silva das Neves
9. Acumulação de cargo público com mandato eletivo de vereador  
Victor Aguiar Jardim de Amorim
10. O contingenciamento de dotações orçamentárias e o sistema de informação de custos do setor público (Siscsp)  
Leandro Luis dos Santos Dall'Olio

## **Seção Especial**

### **Jurisprudência comentada**

4. Aplicação do limite remuneratório quando o servidor exerce dois cargos públicos  
Bruno Sá Freire Martins

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 112, abr. 2015**

## **Assunto Especial**

### **Cotas nos concursos públicos**

## **Doutrinas**

2. Debates sobre a discriminação positiva na Lei das Cotas em concursos públicos  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

11. Um estudo sobre as parcerias públicas e privadas a partir da Lei nº 11.079/2004  
Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
12. Terceirização na Administração Pública: breves reflexões críticas  
Luciano Elias Reis
13. O Estado e os poderes na Administração Pública  
Francisco de Salles Almeida Mafra Filho
14. A arte de governar o mal: a governamentalidade do desumano no sistema penitenciário brasileiro  
Bruno Rotta Almeida e Guilherme Camargo Massau

## **Seção Especial**

### **Direito em debate**

5. Entidades privadas podem exercer o poder de polícia?  
Não  
Arlete Gonçalves Júnior
6. Entidades privadas podem exercer o poder de polícia?  
Sim  
Eunice Aparecida de Jesus Prudente

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 111, mar. 2015**

## **Assunto Especial**

**Improbidade administrativa – Elemento subjetivo**

## **Doutrinas**

1. Da diferenciação do dolo e da culpa na ação civil pública por improbidade administrativa.  
Christopher Pinho ferro Scapinelli
2. Elemento subjetivo no ato de improbidade administrativa  
Elisson Pereira da Costa

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Estado Democrático de Direito, globalização e poder  
Gabriel Hernan Facal Villarreal e Luis Rodolfo Cruz e Creuz
2. Julgamento dos atestados de capacidade técnica e o formalismo moderado  
Luciano Elias Reis
3. A inconstitucionalidade material da lei nº 13.022/2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais  
Douglas Polhmann Velasquez
4. Sanções da lei de Improbidade Administrativa  
Hélio Rios Ferreira

### **Seção Especial**

#### **Parecer**

1. Responsabilidade dos agentes públicos por atos de lesão à sociedade – inteligência dos §§ 5º e 6º do artigo 37 da CF – Improbidade Administrativa por culpa ou dolo – disciplina jurídica do impeachment presidencial (artigo 85, inciso V, da CF)  
Ives Gandra da Silva Martins

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 110, fev. 2015**

#### **Assunto Especial**

**Servidor Público – Limite remuneratório**

#### **Doutrinas**

1. Uma nova perspectiva acerca da aplicabilidade dos limites remuneratórios nos benefícios cumulados.  
Bruno Sá Freire Martins
2. Debates sobre o teto de retribuição pecuniária no funcionalismo público brasileiro  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Desapropriação. Valorização decorrente da expectativa de implantação do melhoramento público  
Kiyoshi Harada
2. É constitucional a contribuição do servidor público inativo?  
Manoel Hermes de Lima
3. Sugestões práticas para o aumento da competitividade em licitações públicas  
Carlos Eduardo Araujo de Assis

## **Seção Especial**

### **Acontece**

1. Lei nº 13.019/2014: Novo marco regulatório para as parcerias voluntárias celebradas entre a administração pública e o terceiro setor  
José Silvio Graboski de Oliveira

**Revista Síntese Direito Administrativo n. 109, jan. 2015**

## **Assunto Especial**

**Prerrogativa de função nas ações de Improbidade Administrativa**

### **Doutrinas**

1. Prerrogativa de função na ação de Improbidade Administrativa.  
Gabriel Alves de Barros
2. Foro por prerrogativa de função nas ações de Improbidade Administrativa.  
Eduardo Dias de Vasconcelos e Elisson Pereira da Costa
3. Prerrogativa de função e a esquizofrenia legística na ação de Improbidade Administrativa. Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Impedimentos à participação em licitações e contratos sujeitos ao RDC:  
Aplicação estrita ou extensiva de suas normas definidoras?  
Jessé TorresPereira Junior e Marines Restelatto Dotti
2. Responsabilidade Civil do Estado pelos danos praticados por apenados fugitivos de estabelecimento penal.  
Valdirene Silveira Flain
3. Da suspensão de liminar e/ou sentença – Legitimidade das concessionárias de serviço público.  
Kamille Craveiro Cunto
4. Lei nº 13.022, de 08.08.2014 – Competências das Guardas Municipais.  
Francisco Mafra

### **Seção Especial**

#### **Parecer**

1. As subvenções sociais previstas em Orçamento geram direito adquirido ao recebimento? Gina Copola

**Revista Síntese Direito Administrativo, nº 108, dez. / 2014**

**Assunto Especial**

## **O Poder normativo das Agências Reguladoras**

### **Doutrinas**

1. As Agências reguladoras e o seu poder normativo  
Cristina Alves da Silva e Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
2. As Agências Reguladoras e o controle político sobre sua criação normativa  
Carlos Athayde Viegas e Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas

### **Parte geral**

#### **Doutrinas**

1. A arbitragem nos contratos administrativos  
Gina Copola
2. Indenização pela teoria da perda de uma chance: a jurisprudência do STJ  
Felipe Cunha de Almeida
3. O controle social da Administração Pública e o Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”  
Francisco de Salles Almeida Mafra Filho

#### **Seção especial**

1. Doação de terreno municipal ao particular que pagou sua desapropriação

**Revista Síntese Direito Administrativo, nº 107, nov. / 2014**

**Assunto Especial**

## **Regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as OSCIP**

### **Doutrinas**

1. O novo marco regulatório das parcerias entre a administração e as organizações da sociedade civil: aspectos relevantes da Lei nº 13.019/2014  
Rafael Carvalho Rezende Oliveira
2. As parcerias celebradas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. A improbidade administrativa ( Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014  
Gina Copola

### **Parte geral**

#### **Doutrinas**

1. Aplicação da Função social da propriedade nos leilões públicos de imóveis: dando utilidade aos bens dominicais  
Thiago Fellipe Príncipe Ferreira
2. As políticas públicas ambientais do município de Jandira (SP): análise dos resíduos sólidos da construção civil  
Denise Lopes dos Santos
3. Licitantes com sócios em comum em uma mesma licitação: possibilidade ou ilicitude?

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 106, out. / 2014**

### **Assunto Especial**

#### **Sanções da Lei de Improbidade Administrativa**



## **Doutrinas**

1. Sanções da Lei de Improbidade Administrativa  
Elisson Pereira daCosta
2. O regime de responsabilidade dos servidores contidos nas Leis nºs 8.429/1992 e 8.666/1993 e o déficit de controle eficaz sobre os atos de improbidade administrativa  
Carlos Athayde Valadares Viegas e Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas

## **Jurisprudência comentada**

1. A perda dos direitos políticos, a prática do ato de improbidade administrativa e a Constituição federal  
Rômulo de Andrade Moreira

## **Parte geral**

### **Doutrinas**

1. Debates jurídicos sobre a Terceirização no Brasil  
Elói Martins Senhoras
2. Habilitação técnica em licitações públicas  
Carlos Eduardo Araujo de Assis
3. O direito de reenquadramento funcional e de salário de carreira isonômico aos anistiados da Lei nº 8.878/1994: o equilíbrio reflexivo de uma obrigação de solidariedade e sociedade  
Daniel Ivo Odon

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 105, set. / 2014**

### **Assunto Especial**

**Servidor público – Ajuda de custo por mudança de domicílio**

## **Doutrinas**

1. Ajuda de custo a servidores por mudança de domicílio  
Laís Fraga Kauss
2. Regimes pecuniários de retribuição e vantagem ao servidor público  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz

## **Parte geral**

### **Doutrinas**

1. Juros moratórios na desapropriação  
kiyoshi Harada
2. O processo administrativo e o devido processo legal  
José Carlos Teixeira Giorgis
3. O problema chamado pesquisa de mercado e a recente instrução normativa  
SLTI/MPGO nº 05/2014  
Luciano Elias Reis
4. Arbitragem envolvendo a administração pública: Estado atual no direito brasileiro  
Carmen Tiburcio

## **Seção especial**

### **Parecer**

1. Agentes comunitários de Saúde(ACS) – Valor do Salário – Fixação – Portaria do Ministério da Saúde – Impossibilidade – Piso Nacional – Adicional de insalubridade – Entendimentos divergentes do TST

Rafael de Almeida Ribeiro

**Revista Síntese Direito Administrativo, nº 104, agosto / 2014**

## **Assunto Especial**

**O CONTROLE JUDICIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

## **Doutrinas**

1. O desafio da efetividade do direito à alimentação adequada em consonância com o mínimo existencial: as políticas públicas e a possibilidade(ou não) de seu controle pelo Poder Judiciário  
Suélen Breda Panizzon
2. Controle jurisdicional e a judicialização das políticas públicas  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Da sanção pela prática objetiva de ato ilícito administrativo pela pessoa jurídica na Lei Anticorrupção Brasileira – teoria do ato ilícito por seu efeito imediato -análise da norma  
João Augusto de Moraes Drumond
2. Pessoas de direito público externo e o código civil

Georgenor de Sousa Franco Filho

3. A relação entre o processo administrativo previdenciário e o processo judicial

Felipe Camilo Dall'Alba

## **Seção Especial**

### **Acontece**

1. Protestos de rua e “rolezinhos” prenunciam o novo papel dos administrados na evolução da administração consensual?

Luana Aita

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 103, julho / 2014**

### **Assunto Especial**

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO-EXTINÇÃO E INEXECUÇÃO**

## **Doutrinas**

3. Dever de indenização pela prestação de serviços à Administração Pública após o advento do termo contratual e pela recusa, não devolução, retenção ou não insistência pela retirada de bens nos contratos de locação de bens móveis

André Saddy

4. Contratos na Administração Pública: uma nova leitura sobre o fim do contrato em face dos princípios da juridicidade e da eficiência

Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas e Carlos Athayde Valadares Viegas

5. Aspectos sobre a disciplina, inexecução e extinção de contratos na Administração Pública

Rodrigo Gerent Mattos

6. Extinção e inexecução de contratos administrativos

Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

4. Correlações entre a segurança pública, cidadania, corrupção e os direitos constitucionais de petição, representação e reunião

Cassio Roberto Conserino

5. O controle social da execução orçamentária como instrumento da democracia participativa

Raphael José Romera

### **Seção Especial**

#### **Jurisprudência comentada**

2. O poder da autotutela da Administração e a decadência

Gina Copola

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 102, junho / 2014**

### **Assunto Especial**

#### **DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA**

## **Doutrinas**

7. Desapropriação indireta

Gabriel Alves de Barros, Igor Daltro Rodrigues e Rodrigo Oliveira Motta

8. Desapropriação e os debates sobre a intervenção do Estado na propriedade

Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

6. Critérios de seleção da melhor proposta no regime diferenciado de contratações

Juliano Heinen

7. A teoria da ação comunicativa frente às necessidades da administração pública e seus serviços

Carina Deolinda da Silva Lopes

3. Três temas atuais e controvertidos: 1, Contratação de advogado por Prefeitura que possui Procuradoria Jurídica é ato de improbidade? 2. Ação de improbidade sem provas robustas é lícita? É possível a cassação de mandato já cumprido?

Gina Copola

## **Seção Especial**

### **Parecer**

3. Parecer sobre a impossibilidade de uso do pregão para a contratação de serviços advocatícios

Luciano Elias Reis e Raul Clei Coccaro Siqueira

**Revista Síntese Direito Administrativo, nº 101, maio / 2014**

## **Assunto Especial**

## **EXONERAÇÃO x DEMISSÃO**

9. Exoneração x demissão: efeitos da dispensa de função na administração pública  
Elisson Pereira da Costa

10. Exoneração e demissão na administração pública  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz

11. Exoneração x demissão: efeitos da dispensa de cargo em comissão e função de confiança na administração pública e o *due process of law*  
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas e Carlos Athayde Valadares Viegas

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

8. Decadência da potestade invalidante do ato administrativo  
Cássio Benvenuto de Castro

9. A nomeação de parente para cargo de secretário configura nepotismo proibido pela súmula vinculante nº 13, do E. Supremo Tribunal Federal?  
Gina Copola

## **Seção Especial**

### **Acontece**

4. O Sistema Brasileiro de Combate à Corrupção e a Lei nº 12.846/2013( Lei Anticorrupção)  
Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Daniel Amorim Assumpção

**Revista Síntese Direito Administrativo, nº 100, abr. / 2014**

### **Assunto Especial**

**PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO**

## **Doutrinas**

1. O princípio da continuidade do serviço público no direito administrativo contemporâneo  
Rafael Carvalho Rezende Oliveira
2. Princípios da continuidade do serviço público  
Rodrigo Gerent Mattos

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Regimes de execução indireta de obras e serviços de engenharia no RDC( O “Padrão FIFA” é legítimo?  
José Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti
2. O Cadastro Nacional de Condenados por ato de improbidade administrativa e por ato que implique inelegibilidade  
Gina Copola

**Revista Síntese Direito Administrativo, nº 99, mar. / 2014**

**Assunto Especial**

**APREENSÃO DE VEÍCULOS- MULTAS, LICENCIAMENTO, IPVA EM ATRASO**

## **Doutrinas**

1. Apreensão de veículos decorrentes do não pagamento do IPVA e multas  
Gabriel Alves de Barros

## **Parecer**

1. Incidente de inconstitucionalidade. § 2 art.do Código de Trânsito Brasileiro.....  
Maurício Augusto Gomes

## **Em Poucas Palavras**

1. A apreensão de veículos particulares em razão de multas e IPVA em atraso é lícita?  
Aloizio Sinuê da Cunha Medeiros

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. A remuneração conforme o desempenho, prevista no RDC, e sua conciliação com os paradigmas da gestão pública pós-moderna  
José Torres Pereira Junior e marinês Restelatto Dotti
2. Princípios, direitos, responsabilidades e garantias fundamentais.....  
Sebastião José Lessa
3. Resíduos sólidos urbanos e parcerias público-privadas  
André Saddy

### **Seção Especial**

#### **Acontece**

1. Responsabilidade objetiva administrativa na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013  
Sylvio Toshio Mukai

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 98, fev. / 2014**

### **Assunto Especial**

#### **NATUREZA JURÍDICA DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS**



## **Doutrinas**

1. Natureza jurídica da cobrança de inscrição em concurso público  
Hélio Rios Ferreira
2. Natureza jurídica da taxa de inscrição dos concursos públicos  
Gabriel Alves de Barros
3. Debates sobre o gerenciamento das taxas de inscrição de concursos públicos  
Gina Copola

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. O direito fundamental à educação e as ações afirmativas: a reserva de cotas nas universidades  
César Leandro de Almeida Rabelo e Cláudia Mara de Almeida RabeloViegas
2. Prescrição da ação disciplinar  
Tiago Moraes Ribeiro
3. A vitória da democracia brasileira: Lei complementar nº 135/2010 “ Lei da Ficha Limpa”  
Breno Ferreira Moraiz

## **Seção Especial**

### **Jurisprudência comentada**

1. Imposição de marca para aquisição de cartuchos e toners de impressoras pela administração pública . Posicionamento do TCE/SP  
Renata Lopes de Castro Bonavolontá

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 97, jan. / 2014**

### **Assunto Especial**

### **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - GARANTIAS**

### **Doutrinas**

1. Garantias em contratos administrativos  
Ivano Rangel de Oliveira
2. Momento para apresentação da garantia de execução em contratos administrativos  
Adriano Biancolini
4. Aspectos polêmicos sobre a garantia nos contratos administrativos  
Rodrigo Guimarães Jardim

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. A prescrição administrativa e o poder punitivo da administração federal: um esforço de compreensão acerca do disposto na (des)conhecida lei nº 9.873/1999  
Alan Pereira de Araújo
2. A tutela jurisdicional do direito à probidade administrativa: o rito da Lei de Improbidade Administrativa e sua integração pelos demais diplomas processuais  
Rafael Sirangelo Belmonte de Abreu
3. Comentários à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013- Lei Anticorrupção contra Pessoa Física e Jurídica de Direito Privado  
Toshio Mukai

### **Seção Especial**

#### **Estudos dirigidos**

1. O Estado e a contribuição do Terceiro Setor na prestação de serviço público

**Revista Síntese Direito Administrativo, nº 96, dez. / 2013**

**Assunto Especial**

**SILÊNCIO ADMINISTRATIVO**

## **Doutrinas**

1. O dever de decidir e os efeitos do silêncio administrativo  
Cristiano Roesler Barufaldi
2. Silêncio administrativo: origem, requisitos e efeitos  
André Saddy
5. Debates sobre o silêncio administrativo  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. A responsabilidade civil na administração pública por atos jurisdicionais  
Hélio Rios Ferreira
2. A dinâmica dos princípios em matérias de licitações e contratos administrativos e o vetor axiológico da razoabilidade  
Tiago Moraes Ribeiro
3. Crimes contra a administração pública  
Sebastião José Lessa

**Revista Síntese Direito Administrativo, nº 95 , nov. / 2013**

**Assunto Especial**

**A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO**

**Doutrinas**

1. Ressarcimento por dano ao erário e prescrição  
Cícero Martins de Macedo Filho
2. Prescrição das ações de ressarcimento de danos causados ao erário segundo o § 5º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988  
Hélio Rios Ferreira.
6. Erário público, dever de regresso e prescrição administrativa: a indisponibilidade do interesse público vs. A segurança jurídica na ação de ressarcimento proposta pelo Estado  
Emerson Affonso da Costa Moura
7. Debates sobre a prescrição na pretensão de ressarcimento ao erário público no Brasil  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Marco regulatório do petróleo e o regime jurídico das concessões do pré-sal  
Elisson Pereira da Costa
2. O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-Ceis  
Luís Rodolfo Cruz e Creuz
3. O desvio de poder no direito comparado  
Francisco Mafra

### **Seção Especial**

#### **Parecer**

1. Doação eleitoral estimável em dinheiro – prestação de serviços – limites previstos na legislação eleitoral – Lei das Eleições (9.504/1997) - imposição de multa – interpretação dos Tribunais Regionais Eleitorais sobre o tema  
Rafael de Almeida Ribeiro

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 94 , out. / 2013**

### **Assunto Especial**

### **ARBITRAGEM NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

#### **Doutrinas**

1. Os contratos administrativos e a arbitragem  
Luciano Benetti Timm e Thiago Tavares da Silva..... 9
2. O alcance da arbitragem nos contratos administrativos de concessão de serviço público  
Elisson Pereira da Costa..... 25
3. A arbitragem nos contratos administrativos  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.....

### **Jurisprudência comentada**

1. Ausência de previsão de arbitragem no edital de licitação. Nulidade da sentença arbitral proferida por dois árbitros. Ausência de cláusula compromissória. Arbitragem em contratos administrativos  
Ana Gerdau de Borja.....40

### **Parte Geral**

#### **Doutrinas**

1. Panorâmica dos aspectos vetoriais e polêmicos do RDC  
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho..... 73
2. A aposentadoria especial para membros do magistério  
Gina Copola..... 100
3. Abono permanência do servidor público  
Marcelo Roque Anderson Maciel Ávila ..... 104

### **Seção Especial**

#### **Em poucas palavras**

1. Avaliação do artigo 24 do decreto nº 7.892/2013, que regulamentou o sistema de registro de preços no âmbito da administração federal  
Sidney Bittencourt..... 216

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 93 , set. / 2013**

### **Assunto Especial**

#### **LEI ANTICORRUPÇÃO**

#### **Doutrinas**

1. Impactos da Lei Anticorrupção Luciana Feldens.....	9
2. Lei anticorrupção estimula redes de governança Mariana Pimentel Fischer Pacheco.....	11

### **Estudos dirigidos**

1. A nova lei Anticorrupção Orlando Estevens Cames.....	14
--	----

### **Parte Geral**

#### **Doutrinas**

1. Apontamentos sobre a integração do RDC ao macrossistema constitucional e ao sistema geral das licitações públicas pela via dos princípios Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti.....	27
2. As licitações – princípio do formalismo x princípio da razoabilidade Gina Copola.....	41
3. O estágio probatório e a aposentadoria voluntária Bruno Sá Freire Martins.....	51
4. Apontamentos sobre a situação jurídica do particular/terceiro na Lei n 8.429/1992- aplicação da Teoria da Equivalência dos Antecedentes Causais na Improbidade Administrativa Mauro Roberto Gomes de Mattos.....	59
5. O fracionamento ilegal de despesa e sua solução pelo sistema de registro de preços e pregão Flavia Daniel Vianna.....	82

### **Seção Especial**

#### **Direito em Debate**

1. A Lei de Acesso à Informação deve ser total e irrestrita? Sim Gustavo Ungaro.....	220
2. O acesso à informação prevista em lei é geral ou irrestrito? Não Ives Gandra da Silva Martins.....	223

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 92 , ago. / 2013**

### **Assunto Especial**

#### **INDENIZAÇÃO NA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO**

## **Doutrinas**

1. Indenização na ação desapropriatória  
Ana Raquel Nogueira Vilela Leão..... 9
2. Controvérsias sobre a indenização nas ações de desapropriação no Brasil  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz..... 20

## **Em Poucas Palavras**

2. A indenização na desapropriação de imóvel urbano pelo poder público, para fins de interesse público  
Leandro Consalter Kauche..... 25

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Da licitação internacional e margem de preferência  
Bráulio Chagas Pighini e Magno Federici Gomes ..... 40
2. A conveniência das parcerias público-privadas na área da saúde no Brasil: uma análise comparativa da experiência de escolha pela concessão administrativa para a gestão do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte e do Hospital do Subúrbio de Salvador  
Gabriela Oliveira Freitas..... 60
3. A (im) possibilidade da Fazenda Nacional Recorrer ao Poder Judiciário das decisões favoráveis aos contribuintes proferidas pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais  
Ricardo Lorenzi..... 82

## **Seção Especial**

1. Meritocracia no serviço público: a utilização da meritocracia como forma de estimular os bons servidores públicos e alcançar maior eficiência na gestão  
André Delevati Gorski ..... 210

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 91 , jul. / 2013**

### **Assunto Especial**

### **SERVIDOR PÚBLICO – APOSENTADORIA ESPECIAL**

### **Doutrinas**

1. Aposentadoria especial dos servidores públicos Marisa Ferreira dos Santos.....	9
2. Aposentadoria especial dos servidor Wladimir Novaes Martinez.....	21

## Parte Geral

### Doutrinas

1. O cabimento da aplicação da imunidade tributária recíproca ao patrimônio, bens e serviços do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB Alexandre Pacheco Lopes Filho.....	49
2. O princípio da publicidade no processo licitatório: uma crítica à Lei nº 12.462/11 sob a perspectiva democrática Gabriela Oliveira Freitas.....	62
3. Código do Processo Administrativo Federal (CPA) – Lei nº 9.784, de 29.01.1999 Francisco Mafra.....	84

### Seção especial

4. História do Processo Administrativo no Brasil: o Processo Administrativo e o Direito de Petição Francisco Mafra.....	89
--	----

### Seção Especial

#### Parecer

1. Cessão ou transferência de contrato administrativo – diferença da subcontratação Ivan Barbosa Rigolin.....	201
--	-----

## Revista Síntese Direito Administrativo, nº 90 , jun. / 2013

### Assunto Especial

### REGIMES JURÍDICOS DOS AGENTES PÚBLICOS

#### Doutrinas



1. Agentes Públicos e seus Diversos Regimes Jurídicos: Servidores e Empregados Públicos Gustavo Filipe Barbosa Garcia.....	9
2. Maximalismo e Minimalismo Institucional do Poder na Tipologia Classificatória de Agentes Públicos Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza .....	27

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. As Vantagens do Regime Diferenciado de Contratações Públicas( Lei nº 12.462/2011) em Face da Modalidade Concorrência do Regime Geral de Licitações ( Lei nº 8.666/1993) e seu Controle Efetivo Anderson Siqueira Lourenço.....	49
2. A Possibilidade de Previsão de Inversão de Fases no Procedimento Licitatório por Leis Municipais Natanel dos Santos.....	62
3. A Regra Moral no Controle Judicial Jessé Torres Pereira Junior.....	84
4. História do Processo Administrativo no Brasil: o Processo Administrativo e o Direito de Petição Francisco Mafra.....	89

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 89 , maio / 2013**

### **Assunto Especial**

#### **LEI DE COTAS NAS UNIVERSIDADES**

### **Doutrinas**

1. Lei de cotas nas Universidades: constitucionalidade e necessidade Gustavo Ledonardo Maia Pereira.....	9
2. Lei nº 12.711, de 29.08.2012. Vagas reservadas nas Instituições Federais de Ensino Superior e Médio. Considerações Francisco de Salles Almeida Mafra Filho .....	18
3. Funcionamento e polêmicas sobre a Lei de Cotas nas Instituições de Ensino Superior Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.....	23

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Diferenciais e vantagens na utilização do registro de preços pela Administração Pública Flavia Daniel Vianna.....	43
2. Nota sobre o conceito de atividade jurídica Julio Pinheiro Faro.....	55
3. Compatibilização do Plano Diretor e os Planos de Saneamento Básico e Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Sylvio Toshio Mukai.....	61

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 88, abr. / 2013**

### **Assunto Especial**

### **SERVIÇO PÚBLICO – PROMOÇÃO POR MERECEMENTO**

### **Doutrinas**

1. Promoções por merecimento no serviço público e a inconstitucional bonificação pelo desempenho de cargos em comissão ou funções gratificadas  
Rodrigo Gerent Mattos..... 9
2. A Administração Pública em questionamento: promoção por merecimento ou por tempo de serviço  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz..... 25

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Desconsideração administrativa da personalidade jurídica nas licitações públicas  
Luiz Eugenio Scarpino Junior..... 40
2. Processo administrativo disciplinar e impeachment: instrumentos para punição de juízes no Brasil  
Emanoel Maciel da Silva..... 62
3. A função social da propriedade e suas implicações no Direito Brasileiro. As sanções aplicáveis no caso de solo não edificado, subutilizado ou não utilizado  
Gina Copola..... 90
4. Organizações Sociais de Cultura – O Caso da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo  
Patrícia Luciane de Carvalho..... 97

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 87, mar. / 2013**

### **Assunto Especial**

### **OS EFEITOS DA CONTRATAÇÃO SEM CONCURSOS PÚBLICO**

#### **Doutrinas**

1. Atividades exclusivas de Estado e contratação pela CTL na administração pública: dissociação histórica e perspectiva Cláudio Dias Lima Filho.....	.9
2. Efeitos positivos dos contratos nulos de emprego público: distinguir o joio do trigo Guilherme Guimarães Feliciano.....	30
3. Contrato administrativo nas relações de trabalho – competência e efeitos Fabiana Alves Marra.....	40
4. Híbridez político-cultural na administração pública e seu papel estruturante na polêmica sobre os efeitos da contratação de servidores sem concurso Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.....	43

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Os instrumentos de certificação da qualidade nas compras sujeitas ao RDC Jessé Torres Pereira Júnior e Marinês Restelatto Dotti.....	59
2. Resíduos sólidos sob uma nova ótica: um bem socioambiental Thalysen Inácio de Araújo Rocha.....	87
3. A constitucionalização do direito e o regime jurídico-administrativo Emerson Affonso da Costa Moura.....	100

**Revista Síntese Direito Administrativo, nº 86, fev. / 2013**

**Assunto Especial**

**RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – TERCEIRIZAÇÃO DE**

## SERVIÇOS

### Doutrinas

1. A responsabilidade da Administração Pública nas terceirizações, a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 16-DF e a nova redação do itens IV e V da Súmula n. 331 do Tribunal Superior do Trabalho  
José Roberto Freire Pimenta..... 9
2. Responsabilidade da Administração Pública na terceirização de serviços  
Gustavo Filipe Barbosa Garcia..... 43
3. Responsabilidade da Administração Pública na terceirização de serviços  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Ameida de Souza Cruz..... 58

### Parte Geral

#### Doutrinas

1. O Princípio Constitucional que veda o anonimato e sua aplicação em sindicância e processos administrativos disciplinares  
Hélio Rios Ferreira..... 83
2. Sistema de Registro de Preços e “carona”  
Jair Santana..... 91

## Revista Síntese Direito Administrativo, nº 85, jan. / 2013

### Assunto Especial

## IMPREScindIBILIDADE DE DEVIDO PROCESSO LEGAL NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

## **Doutrinas**

1. A imprescindível defesa prévia no processo administrativo sancionador  
Luciano Elias Reis e Diogo Pastre..... 9
2. A ampla defesa e o contraditório como princípios constitucionais essenciais para o devido processolegal na administração pública  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz..... 24

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Reflexões sobre a aplicação pelos Órgãos e Entidades Públicas das sanções previstas nos artigos 87 e 88 da lei nº 8.666/1993  
Toshio Mukai..... 43
2. A importância dos instrumentos de política urbana para o descomissionamento de atividades mineradoras  
Marcus Vinícius Coutinho Gomes..... 55
3. Teto remuneratório e verba honorária percebida por procuradores  
Kiyoshi Harada..... 73
4. O desenvolvimento nacional sustentável e as licitações públicas  
José Paulo Dorneles Japur..... 81

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 84, dez. / 2012**

### **Assunto especial**

### **CONCURSO PÚBLICO – COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE JURÍDICA**

### **Doutrinas**

1. Momento da comprovação do requisito da atividade jurídica para os concursos da magistratura e do Ministério Público Elisson Pereira da Costa.....	9
2. Requisitos de atividade jurídica em concursos públicos do Poder Judiciário Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.....	16
3. Momento da comprovação da atividade jurídica nos concursos do Ministério Público e da Magistratura Danilo Andreato.....	24

## **Parte geral**

### **Doutrinas**

1. Parcelamento, fracionamento e economia de escala: incidentes suscetíveis nas contratações públicas Marinês Restelatto Dotti.....	41
2. Os vinte anos da Lei de Improbidade Administrativa e o Estado Democrático de Direito Gina Copola.....	88
3. Pensamentos linear-cartesiano, sistêmico e complexo aplicados à governança pública: as aquisições governamentais Jair Eduardo Santana.....	95

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 83, nov. / 2012**

### **Assunto especial**

### **CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

## **Doutrinas**

1. Crimes contra a Administração Pública no anteprojeto de reforma do código penal  
Luiz Carlos dos Santos Gonçalves..... 9
2. O enriquecimento ilícito do agente público, a comissão de reforma do código penal, os crimes contra a administração pública e o desvio de recursos públicos: breves anotações  
Sebastião José Lessa..... 18

## **Parte geral**

### **Doutrinas**

1. A invalidação e convalidação de atos em um procedimento administrativo  
Murilo Melo Vale..... 52
2. A contratação integrada no RDC e, seus regimes preferenciais de execução de obra ou serviço  
Jessé Torres Pereira Júnior e Marines Restelatto Dotti ..... 65
3. Exames médicos em concursos públicos e a necessidade de motivação, de publicidade e de oportunidade de interposição de recurso administrativo quando a conclusão da inspeção médica oficial for pela inaptidão do candidato  
Hélio Rios Ferreira..... 81
4. Prestação de serviços de publicidade para a administração pública  
Elói Martins Senhora e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz..... 93

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 82, out. / 2012**

### **Assunto especial**

#### **O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E SUA APLICABILIDADE NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**



## **Doutrinas**

1. Segurança jurídica em contratos administrativos Ivan Barbosa Rigolin.....	9
2. Princípio da segurança jurídica nos Contratos Administrativos Eloi Martins Senhora e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.....	17

## **Parte geral**

### **Doutrinas**

1. Judicialização: das medidas Estatais colaboradoras à redução dos impactos nas políticas públicas de saúde Isabela Alves Pereira Gaião da Costa.....	43
2. Regulamentação da lei – competência administrativa Manoel Hermes de Lima.....	56
3. Dos Planos Municipais de gestão integrada de resíduos sólidos Gina Copola.....	72

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 81, set. / 2012**

### **Assunto especial**

### **RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ATOS LEGISLATIVOS**

### **Doutrinas**

1. Responsabilidade do Estado por atividade legislativa Gina Copola.....	9
2. Responsabilidade civil do Estado e o caso da atividade legislativa Eloi Martins Senhora e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz.....	17

## **Parte geral**

### **Doutrinas**

1. ADIn 4757 , arguindo inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 140/2011 Toshio Mukai.....	31
2. Estado e parceiros privados Daniela Duarte Portes e Magno Federici Gomes.....	40
3. A necessária reorganização das jornadas de trabalho dos docentes nas escolas públicas de educação básica José Silvio Graboski de Oliveira.....	45
4. A impossibilidade de restituição ao erário de valores indevidamente recebidos por servidores públicos de boa-fé Cláudia Mara de Almeida Rabelo Veigas.....	50

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 80, ago. / 2012**

### **Assunto Especial**

### **TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

## **Doutrinas**

1. Transparência não é devassa, nem na Lei n 12.527/2011  
Ivan Barbosa Rigolin .....9
2. Da obrigatoriedade da apresentação e atualização da declaração de bens por agentes públicos e os princípios da transparência e publicidade na administração pública  
Francisco Gonçalves Dias ..... 17
3. Transparência na Administração Pública  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz ..... 23

## **Parte Geral**

### **Doutrinas**

1. Delimitação do uso do RDC e sua relação com o regime ordinário da Lei Geral de Licitações  
Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti .....71
2. Delegação do poder de sanção a associação privada com viés público: o caso da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica  
Luiz Eduardo Diniz Araujo .....93
3. Controle de políticas públicas: a justiciabilidade imediata do direito fundamental social à segurança pública  
Fabiano Lepre Marques ..... 120
4. Autotutela Administrativa e Alguns Limites Decorrentes da Segurança Jurídica  
Marcos de Oliveira Vasconcelos Júnior .....137

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 79, jul. / 2012**

### **Assunto Especial**

### **SERVIDOR PÚBLICO – RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECEBIDOS**

### **Doutrinas**

1. O dever do servidor público de restituir à Administração valores indevidamente recebidos. Análise legal e jurisprudencial.  
Henrique Gouveia de Melo Goulart..... 9
2. Devolução de remuneração recebida indevidamente por erro da Administração ou em razão de decisão judicial cassada. Marcelo Roque Anderson Maciel Ávila.....21
3. Valores indevidamente recebidos por servidores públicos e as discussões sobre a obrigação de devolução ao erário.  
Elói Martins Senhoras, Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz..... 28

### **Jurisprudência comentada**

1. Improbidade administrativa. Valores recebidos de boa-fé não devem ser devolvidos ao erário público  
Gina Copola..... 33

### **Parte geral**

#### **Doutrinas**

1. As licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte: regra e exceções.  
Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelato Dotti..... 50
2. Atuação administrativa contra legem com fundamento na máxima da eficiência  
Lucas Hayne Dantas Barreto..... 69
3. Contas de campanha de candidato: a aprovação das contas de campanha nas eleições anteriores é requisito obrigatório para fins de quitação eleitoral?  
Luiz Eugenio Scarpino Junior..... 90

#### **Seção especial**

1. Lei nº10.833/2003-Regime jurídico da Cofins para transporte coletivo de qualquer natureza-Restrição da SRFB na regulação, não constante em lei-Inconstitucionalidade do ato normativo. (Parecer)  
Ives Gandra da Silva Martins..... 197

## **Revista Síntese Direito Administrativo, nº 78, jun. / 2012**

Assunto Especial

### **EXAMES MÉDICOS EM CONCURSOS PÚBLICOS**

## **Doutrinas**

1. Violações de direitos nos exames médicos realizados em concursos públicos.  
Alexandre Pacheco Lopes Filho..... 9
2. Exames médicos realizados em concursos públicos.  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz..... 17
3. A análise acerca dos limites do exame médico como motivo da desclassificação do candidato aprovado em concurso público.  
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas..... 22

## Parte geral

### **Doutrinas**

1. Execução indireta de obras e serviços de engenharia e seus respectivos projetos (básico e executivo) no regime diferenciado das contravenções públicas – RDC.  
Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelato Dottti.....57
2. O paradoxo da licitação: o caso das franquias postais.  
Carlos Ari Sundfeld e Olívia do Amaral Mesquita..... 83
3. A autonomia da vontade em um contexto de função socio-ambiental dos contratos.  
Marcus Vinícius Coutinho Gomes..... 106
4. Controle da revogação na licitação pública  
Luciano Elias Reis

## Seção especial

1. Licitação em ano eleitoral  
Renata Lopes de Castro Bonavolontá..... 233